

HABEAS CORPUS Nº 570.510 - SP (2020/0079499-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : VANESSA DOURADO DE MENEZES CAMPOS
ADVOGADO : VANESSA DOURADO DE MENEZES CAMPOS -
DEFENSORA DATIVA - SP301760
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EMERSON NOGUEIRA RODRIGUES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de EMERSON NOGUEIRA RODRIGUES apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (*Habeas Corpus* n. 2176872-69.2019.8.26.0000)

Os autos dão conta de que o paciente foi, em 31/8/2018, preso em flagrante, prisão essa convertida em preventiva pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, II, III e IV, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal (homicídio qualificado tentado)" – e-STJ fl. 37.

Extraí-se da denúncia oferecida em 24/9/2018 que (e-STJ fl. 117):

Segundo o apurado, na data e horário dos fatos a vítima se achava com seu colega Alex defronte a sua residência quando o réu passou pelo local e, sem qualquer motivo, tentou ingressar no imóvel da vítima. Como esta impediu sua entrada, EMERSON sacou de uma faca e, de surpresa, passou a golpear a vítima por diversas vezes, na intenção de matá-la, sendo impedida pela intervenção de Alex e pela fuga da vítima.

O denunciado fugiu, mas acabou detido pela polícia militar em poder do instrumento do crime.

A denúncia foi recebida em 28/9/2018.

Alegando excesso de prazo na formação da culpa, o paciente impetrou no Tribunal de origem *habeas corpus*, ordem essa denegada em 3/3/2020 nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 378):

Habeas Corpus - Tentativa de homicídio qualificado - Liminar indeferida - Manutenção da prisão preventiva bem fundamentada - Excesso de prazo não configurado - Critério da razoabilidade - Ordem denegada no mérito.

Superior Tribunal de Justiça

Na presente impetração, a defesa reafirma as alegações originárias, destacando que (e-STJ fl. 7):

"[...] o paciente encontra-se presos há 577 (quinhentos e setenta e sete dias), ou seja, há 01 (um) ano e 07 (sete) meses, sem que a instrução criminal tenha sido finalizada, sem julgamento, sem que tenha sua situação resolvida, sendo que tal demora ocorre por motivos alheios a sua defesa.

Aqui vale destacar que, quando da impetração do writ perante o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na data de 12.08.2019, o paciente encontrava-se presos há 346 (trezentos e quarenta e seis dias), contudo, injustificadamente, somente após 07 (sete) meses da distribuição, na data de 03.03.2020, o mérito do Habeas Corpus foi julgado.

Por isso, requer, inclusive liminarmente, a revogação da prisão preventiva e, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

De acordo com a orientação desta Corte Superior, os prazos processuais não são peremptórios. Da mesma sorte, o constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético. Há de ser realizada pelo julgador uma aferição do caso concreto, de acordo com as suas peculiaridades, em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau – e o envio de cópia de outras decisões referentes à prisão cautelar do paciente – e ao Tribunal de

Superior Tribunal de Justiça

Justiça, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta irresignação.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator